

FREIXO, Estêvão de Carvalho. Direção discursiva: força e movimento no encontro entre posições enunciativas divergentes. *ReVEL*, vol. 18, n. 34, 2020. [www.revel.inf.br]

DIREÇÃO DISCURSIVA: FORÇA E MOVIMENTO NO ENCONTRO ENTRE POSIÇÕES ENUNCIATIVAS DIVERGENTES

*Discursive direction: strength and movement in the encounter between divergent
enunciative positions*

Estêvão de Carvalho Freixo¹

estevaofreixo@gmail.com

RESUMO: Neste trabalho, discutimos os procedimentos de exclusão adotados pelas formações discursivas em embate no contexto da polarização política no caso brasileiro e seus efeitos de interincompreensão durante a interação semântica no encontro das posições enunciativas divergentes. Nessa direção, adotamos dois conceitos de base para articulação da discussão teórica: a noção de procedimento de exclusão, introduzida na teoria discursiva foucaultiana por ocasião da obra “A Ordem do Discurso”, e o conceito de interincompreensão, elaborado por Dominique Maingueneau. A não equivalência entre os funcionamentos discursivos apareceu especialmente na forma como o lexema “igualdade”, quando contestado pela segunda posição analisada, precisou situar-se no interior de uma nova grade semântica, engendrando consequências bem diversas daquelas existentes no sistema anterior. Desse modo, pudemos perceber que, no funcionamento discursivo de cada uma das posições analisadas, o processo dedutivo que as estruturas elementares suscitam segue um caminho que é particular e constitutivo do sistema ao qual elas estão integradas.

PALAVRAS-CHAVE: interincompreensão; procedimentos de exclusão; polarização política

ABSTRACT: In this paper, we discuss the procedures of exclusion adopted by the discursive formations in conflict in the context of the political polarization in Brazil and their effects of intermisunderstanding during the semantic interaction in the encounter of divergent enunciative positions. In this sense, we adopt two basic concepts for articulating the theoretical discussion: the notion of procedure of exclusion, introduced in Foucaultian discursive theory on the occasion of the work “The Order of Discourse”, and the concept of intermisunderstanding, elaborated by Dominique Maingueneau. The non-equivalence between discursive functioning appeared especially in the way the lexeme “equality”, when challenged by the second position analyzed, had to be situated within a new semantic grid, generating consequences quite different from those existing in the previous system. Thus, we could see that, in the discursive functioning of each of the positions analyzed, the deductive process that the elementary structures raise follows a path that is particular and constitutive of the system to which they are integrated.

KEYWORDS: intermisunderstanding; procedures of exclusion; political polarization

¹ Mestrando; Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.

INTRODUÇÃO

É consabido que a política brasileira vem atravessando considerável agravamento da tensão entre seus polos ideológicos desde as manifestações espontâneas do povo nas ruas durante o ano de 2013, o que se fez registrar na narrativa histórica mais recente como “as jornadas de junho”².

Dividida em evidente e marcada oposição, a população tem se organizado de modo a pressupor o antagonismo de seus posicionamentos. Assumindo uma atitude de enfrentamento direto, que toma a posição adversária como situada além das margens do campo do dizível, cada um dos polos em jogo se orienta por mecanismos discursivos que cuidam de interditar a palavra do outro.

Dado que admitimos o estatuto que Maingueneau (2008) atribui à polêmica, quando lhe define como fenômeno constitutivo das formações discursivas, nosso trabalho e nossa expectativa aqui não serão a de se idealizar a resolução do conflito tal como se apresenta, já que entendemos o próprio funcionamento polêmico como configurador da unidade de cada uma das posições em litígio.

Por esta razão, limitamo-nos no presente trabalho ao esforço de lançar alguma luz sobre o funcionamento dos procedimentos de exclusão adotados pelas formações discursivas em embate e seus efeitos de interincompreensão durante a interação semântica no encontro das posições enunciativas³ divergentes.

Com esse objetivo, selecionamos neste estudo certo material textual que nos pareceu adequado à identificação das marcas de alteridade que aparecem inscritas num discurso sempre que este explicitamente contesta seu antagonista. A análise dessas marcas tem para nós a finalidade de **viabilizar o estudo e a compreensão dos procedimentos de exclusão mediante os quais um discurso procura esmorecer a efetividade ou mesmo negar a legitimidade de seu Outro.**

² Não nos parece que haja significativa disputa em relação à identificação do Movimento Passe Livre como sendo o agente coletivo responsável pelas mobilizações iniciais dos protestos em curso no Brasil a partir de junho de 2013. Por outro lado, as apropriações políticas deste fenômeno que se seguiram fizeram deste acontecimento um terreno de constante captura e cooptação. Naquele momento, pretendia-se reivindicar a autoria de um efeito social, cuja força a muitos convencia a respeito de sua autenticidade e importância histórica.

³ Falaremos de posições enunciativas, referindo-nos aos lugares que compõe a heterogeneidade do espaço onde se encontram e se articulam as formações discursivas a serem consideradas pelo analista. Em outras palavras, as posições enunciativas são aquelas que os falantes vêm ocupar quando se inscrevem em dada formação discursiva, para se tornarem delas sujeito. Desde então, os sujeitos do discurso podem (e devem) enunciar em conformidade com certas regras.

Mais especificamente, no *cópus* que aqui delimitamos, **examinaremos os mecanismos através dos quais uma das posições ali expressa procura afastar-se de sua opositora, marcando no discurso as unidades de sentido de seu rival que devem ser rejeitadas, ao mesmo tempo em que a elas contrapõe os valores que devem em seu lugar ser validados e admitidos.**

1. DISCUSSÃO TEÓRICA

Foucault (1999) definiu duas direções de pesquisa a partir de uma de suas obras de valor fundacional para a Escola Francesa da Análise do Discurso. No texto ao qual aqui aludimos – *A Ordem do Discurso* – o filósofo supõe que os discursos, como “*séries regulares e distintas de acontecimentos*” (Foucault 1999: 59), poderiam ser examinados desde dois aspectos inextricáveis e complementares.

De um lado, um grupo de análises estaria destinado a versar sobre o que o autor chamou de funções de exclusão, e dependeria de um exercício de inversão que substituísse a busca das figuras positivas do discurso pelo reconhecimento do jogo negativo de seu recorte e de sua rarefação.

Para além deste primeiro trabalho, entretanto, seria necessário também investigar as condições às quais se deveria atribuir a origem de cada uma das séries discursivas a serem examinadas. Impunha-se analisar a forma e as circunstâncias do aparecimento das unidades de conjunto que certos grupos de enunciados vinham reivindicar.

Sobre o primeiro caso, que se ocupa do trabalho negativo que o discurso realiza para manter sua conformidade, poderíamos nos perguntar se tudo o que um discurso quer evitar, afastar, excluir... não teria, em regra, um valor reconhecido em alguma outra posição enunciativa que, para constituir e garantir sua legitimidade, precisaria também funcionar a partir de seu próprio sistema de restrições.

Por esse ângulo, podemos então sugerir que a finalidade dessa função de exclusão talvez não esteja reduzida à necessidade de se evitar a imprevisibilidade dos enunciados, se é o caso de ela também se ocupar do afastamento de posições enunciativas outras que, no curso das interações semânticas, podem inapropriadamente intervir, fazendo romper a unidade do discurso em sua produção.

É exatamente pela consideração desta relação do discurso com sua alteridade que Maingueneau (2008) nos propõe que cada formação discursiva repousa sobre um

conjunto próprio de unidades de sentido que se reparte em dois tipos de registro. Um deles diz respeito às unidades que são reivindicadas, e o outro, àquelas que são rejeitadas.

Assim considerados, os discursos se organizariam cada um a partir de sua grade semântica particular, definindo-se o encontro com o Outro por um desentendimento recíproco e inevitável, já que, neste caso, enunciar em conformidade com as regras de uma dada formação implicaria necessariamente evitar – e, por consequência, não compreender – os sentidos que o Outro produz.

Não podendo, portanto, haver-se com o Outro como tal, o discurso relacionar-se-ia tão somente com o simulacro que dele constrói, para o que então disporia de “um dispositivo que faz interpretar os enunciados de seu Outro traduzindo-os nas categorias do registro negativo de seu próprio sistema” (Maingueneau 2008: 99-100). E o desencontro que deflui desse trabalho de tradução seria, finalmente, o mecanismo próprio pelo qual a polêmica se instauraria, participando constitutivamente da formação das unidades do discurso.

Para melhor elucidar a dimensão da polêmica, Maingueneau (2008) preferiu separá-la em dois níveis distintos: um nível dialógico, em que a polêmica residiria em uma interação constitutiva, não havendo, assim, nenhuma marca visível da relação do discurso com seu Outro; e um nível propriamente polêmico, que se responsabilizaria pela heterogeneidade “mostrada”, a citação no sentido mais amplo.

Sob esse aspecto, a noção de polêmica estaria relacionada ao fenômeno das relações explícitas entre duas formações discursivas que antagonizam entre si. E a citação, rompendo a continuidade do Mesmo com fragmentos localizáveis do Outro, introduziria na produção discursiva não mais que um simulacro de seu oponente, uma imagem sua resultante do trabalho de tradução.

2. DA CONSTRUÇÃO DO INSTRUMENTO METODOLÓGICO

Já observamos que, no contexto da polarização no Brasil, as posições que disputam o rumo político do país instauram entre si o funcionamento de uma polêmica que simultaneamente participa da constituição de seus próprios sistemas de discurso.

Essa dinâmica gera um circuito em que cada uma das posições atuantes no espaço discursivo⁴ se dirige a sua adversária para lhe contestar, e retorna em seguida a si própria, para então se afirmar em consequência do gesto anterior de recusa ao oponente.

Durante os desdobramentos enunciativos em que os discursos procuram negar-se reciprocamente, as posições em jogo empregam diferentes mecanismos com a finalidade de garantir a exclusão, o enfraquecimento ou a não interferência da formação discursiva antagonista.

Para que então seja possível o exame e a identificação destes mecanismos, nos apropriaremos de dois instrumentos teóricos, cuja função, para nós, será a de viabilizar a operacionalização desta tarefa.

De um lado, faremos uso da semântica estrutural de A. J. Greimas, por meio da qual localizaremos em cada um dos sistemas discursivos em análise determinadas estruturas elementares que se mostrarão constitutivas de seu funcionamento próprio, de sua lógica discursiva imanente.

De outro, aproveitaremos a avaliação pragmática que Jacques Moeschler realiza acerca dos atos de refutação em seu trabalho intitulado *Dire et Contredire*. Em particular, faremos uso da tipologia das refutações que o autor propõe, na qual discrimina o enunciado negativo em três tipos especiais: retificação, refutação proposicional e refutação pressuposicional.

2.1. SEMÂNTICA ESTRUTURAL

Nos estudos sobre semântica realizados por Algirdas Greimas, parte-se do postulado fundamental de que “a linguagem não é um sistema de signos, mas uma montagem (...) de estruturas de significação” (Greimas 1966: 20, tradução nossa).

Esta proposição deverá ser por nós ajustada, para melhor atender a nossos propósitos. Aqui estaremos voltados para a compreensão das regras de

⁴ Compreendemos aqui a noção de espaço discursivo a partir da hipótese estabelecida por Maingueneau acerca da precedência do interdiscurso sobre o discurso. Em consequência disso, o autor elege como unidade de análise não o discurso, mas um espaço de trocas entre vários discursos que são selecionados segundo a importância que possuem para o trabalho investigativo. Desse ponto de vista, um espaço discursivo, definindo-se como agrupamento de formações discursivas em relação, pertenceria a um universo discurso, conjunto maior ou extensão máxima que compreende a totalidade das formações discursivas que interagem numa dada conjuntura. (MAINGUENEAU, 2008)

funcionamento de sistemas discursivos e não poderemos deixar, portanto, que nosso trabalho seja reduzido a uma atividade realizada no interior de um plano estritamente linguístico.

As leis da articulação estrutural do significado, que, para o autor, aparecem como constitutivas de uma espécie de lógica linguística imanente, deverão ser aqui pensadas como leis formadoras dos sistemas de regras que orientam e controlam a produção de cada um dos discursos em análise.

Acreditamos que esse deslocamento do modelo greimasiano de descrição semântica da linguagem para o estudo das formações discursivas poderá justificar-se pelo modo como o ato de comunicação é compreendido na orientação teórica da semântica estrutural. Se Greimas percebe a enunciação como uma formulação que se inscreve numa rede de restrições pré-estabelecidas, também a nossa concepção de discurso pressupõe um conjunto de regras que constroem e controlam a sua produção.

Além disso, ainda que na concepção de Greimas se possa definir o discurso como combinações variadas de lexemas, sintagmas ou enunciados, por outro lado, em sua perspectiva também não se negligencia que os elementos da língua são da ordem do evento, estando sujeitos, portanto, aos movimentos da história.

De nossa parte, acompanhamos sua linha de raciocínio, no sentido de que compreendemos igualmente que “As unidades do discurso constituem, com efeito, sistemas, sistemas significantes, enunciados” (Maingueneau 2008: 16). E a esse aspecto de superfície acrescentamos que “elas também tem a ver com a história que fornece a razão para as estruturas de sentido que elas manifestam” (Maingueneau 2008: 16).

Começamos, então, com algumas definições de base trazidas pelo semanticista francês. Inicialmente, argumenta o autor que o mundo “toma forma” diante de nós graças a descontinuidades no plano da percepção. Já no plano linguístico, estar diante de descontinuidades perceptivas ou perceber diferenças equivaleria a apreender pelo menos dois termos-objetos simultaneamente presentes; o que conseqüentemente incluiria a apreensão da relação existente entre os termos percebidos.

Desta hipótese, Greimas deduz uma definição de estrutura que a caracteriza como a presença de dois termos e a relação entre eles.

Em consequência disso, um termo isolado não teria significado, já que a significação pressuporia a existência de uma relação. Essa relação entre os termos, que seria uma condição necessária da significação, o autor designou como *estrutura elementar*. Assim, apenas no nível das estruturas é que as unidades significativas elementares poderiam ser encontradas, e não no nível dos elementos.

As estruturas elementares, assim definidas, seriam deduzidas a partir da relação existente entre elementos distintos. No entanto, se podemos estabelecer um tipo especial de relação entre dois termos-objetos é porque estes mesmos elementos são comparáveis em algum aspecto, o que significa dizer que sua oposição está situada em um mesmo eixo.

No plano da língua, Greimas ilustra esta proposição com os exemplos **branco versus preto e grande versus pequeno** que “permitem postular um ponto de vista comum a ambos os termos: o da ausência de cor em um caso, o da medida do contínuo no outro” (Greimas 1966: 21, tradução nossa).

A este denominador comum aos dois termos, o autor chamou de eixo semântico. Este eixo totalizante seria uma base a partir da qual emergiria uma articulação geradora de significados e teria como função subsumir, totalizar as articulações inerentes a ele.

Tendo em vista esse primeiro quadro de ideias, e

Com a condição de encontrarmos - ou inventarmos - a cada vez a denominação conveniente do eixo semântico, podemos conceber uma descrição estrutural de tipo relacional, que consistiria em indicar, de uma parte, os dois termos da relação e, de outra, seu conteúdo semântico. Assim, designando como A e B os termos-objetos, e como S o conteúdo semântico, poderíamos expressar a estrutura por:

A / está em relação (S) com / B.

(Greimas 1966: 21, tradução nossa)

No esquema acima demonstrado, S corresponderia a uma metalinguagem semântica descritiva. Neste sistema metalinguístico, acrescentar-se-iam ainda as propriedades que atribuem significado a cada um dos termos-objetos. Tais propriedades deveriam ser deduzidas da relação que os termos mantêm entre si. Greimas as designou como **elementos de significação**, ou, abreviadamente, **semas**.

Aqui, me parece, é que deveríamos esclarecer de modo um pouco mais pontual o deslocamento que operamos sobre o sistema da semântica estrutural. Enquanto, no esquema de Greimas, a relação entre os semas e o eixo semântico no qual se incluem

deve ser pensada no interior de um plano lógico imanente à própria língua, em nosso caso, essa mesma relação deverá ser explicada segundo o valor argumentativo que os termos analisados ocupam nos blocos enunciativos, bem como a partir dos elos de intertextualidade que eles formam com os textos anteriores que comentam.

2.2. DA TIPOLOGIA DAS REFUTAÇÕES

Identificadas as estruturas elementares que tornam possível a identificação dos funcionamentos discursivos presentes nos textos analisados, apreenderemos os procedimentos que uma das posições enunciativas utiliza para marcar a distância que mantém em relação à sua opositora.

Nessa direção, nos utilizaremos da tipologia das refutações proposta por Jacques Moeschler, que, retomando a distinção proposta por Ducrot entre negação polêmica e negação descritiva, realiza um tratamento pragmático do enunciado negativo, a fim de explicar o ato de refutação por meio de três modalidades distintas: a **retificação**, a **refutação proposicional** e a **refutação pressuposicional**.

Inicialmente, o autor estabelece que a negação pode remeter tanto à forma do enunciado quanto ao seu sentido, pelo que apresenta, de um lado, a negação formal, caracterizada pela presença de um morfema de negação por meio do qual a frase é sintaticamente definida como negativa, e, de outro, a negação semântica, que corresponde ao sentido negativo de um enunciado, sua negatividade na esfera semântica (Moeschler 1982).

Portanto, nestes dois níveis (formal e semântico), a negação se realiza ora por operadores linguísticos, que dão conta da negação das frases em seu aspecto formal, ora por operadores lógico-semânticos, que se encarregam de inverter o valor de verdade da proposição expressa na frase.

Uma negação semântica, todavia, não corresponderia necessariamente a uma negação formal. Moeschler justifica esta asserção por meio de frases que mantêm uma relação de oposição mesmo na ausência de morfemas de negação em sua estrutura de superfície. É o caso de frases como:

- (1) É um menino
- (2) É uma menina

Nas frases acima justapostas, a contradição se situa no nível dos lexemas menina e menino.

Sob esse aspecto, o autor está em consonância com o “princípio, bem admitido na semântica estrutural, de que se pode decompor o sentido lexical com ajuda de características ou componentes semânticos” (Moeschler 1982: 12, tradução nossa), isto é, com o auxílio de elementos de significação que lhes servem como descritores metalinguísticos. Além disso, admite Moeschler igualmente que certos pares lexicais podem ser compreendidos como estando em relação de complementariedade, definindo-se, portanto, pela oposição que mantêm entre si.

No que diz respeito à diferença entre os tipos de negação, defende o autor que, conforme sua função seja descritiva ou polêmica, uma negação permite realizar atos de linguagem distintos: no primeiro caso, uma asserção (negativa), no segundo, uma refutação. E enquanto a negação descritiva unicamente apresenta um certo estado de mundo, descreve uma dada circunstância a qual o enunciador se refere, a negação polêmica resulta da refutação de um enunciado positivo correspondente.

Do ponto de vista das relações semânticas que um enunciado negativo (em sua função polêmica) estabelece com o enunciado correspondente que ele nega, um ato ilocutório refutativo definiria, por um lado, um dado **campo**, isto é, um conjunto de objetos semânticos aos quais eles se refere, e, por outro, um **foco**, especificação que permite “a localização do desacordo que existe entre os interlocutores (recusa do argumento, do predicado, da existência da relação de predicação)” (Moeschler 1982: 90, tradução nossa).

2.2.1. RETIFICAÇÃO

O subtipo refutativo que o autor qualifica como retificação corresponde aos enunciados negativos cujo foco da negação é geralmente especificado pela presença de um marcador linguístico que a um só tempo indica o termo a ser retificado e introduz outro que deve substituí-lo.

Assim, no que diz respeito a sua estrutura formal, uma retificação necessitaria da presença de um conjunto antonímico, que poderia eventualmente ser introduzido pelo conector pragmático “mas” – considerado, nessa circunstância, como marcador indicativo de retificação. Além disso, existiria a possibilidade de se tematizar, por um processo de transformação-clivagem, o elemento foco.

Assim, propõe o autor uma definição geral de retificação que a descreve como um enunciado negativo cuja estrutura semântica seja compatível com a fórmula

[NEG (p), mas q], sendo **p** o conteúdo proposicional da frase negada e **q** a variável proposicional do ato de refutação que retifica o termo selecionado como foco da negação. O exemplo utilizado por Moeschler (1982: 94), que abaixo reproduzimos, o demonstra:

(1) Eduardo não é brasileiro, mas português.

Na frase indicada, o campo de negação, isto é, o conjunto de objetos semânticos ao qual a negação se dirige, seria o enunciado positivo correspondente “Eduardo é brasileiro”. O foco da negação, por sua vez, seria o argumento “brasileiro”, que é retificado pelo termo “português” com auxílio do marcador “mas”.

2.2.2. REFUTAÇÃO PROPOSICIONAL

A refutação proposicional, em contrapartida, equivale aos “enunciados negativos cujo foco da negação não é específico, encadeando assim uma leitura não específica do enunciado negativo” (Moeschler 1982: 96, tradução nossa). Desse modo, uma refutação proposicional “não visa corrigir uma asserção, mas sim recusá-la” (Moeschler 1982: 96, tradução nossa).

Entretanto, a recusa que esse ato realiza é ordinariamente acompanhada de uma justificação, que pode ser introduzida por conectores pragmáticos como “uma vez que”, “porque”, etc., ou apresentar-se de forma não marcada, quando aparece simplesmente em relação de justaposição com o enunciado negativo.

Em razão de seu caráter intrinsecamente relacional, e não ilocutório, a justificação que segue o ato de refutação é considerado por Moeschler como um ato interativo. Para melhor defini-lo, o autor propõe a existência de uma relação hierárquica entre o ato de justificação e o ato principal ao qual ele se subordina, sendo-lhe atribuído, além disso, um valor argumentativo em relação ao ato que ele justifica.

Do ponto de vista formal, a refutação proposicional seria composta pela estrutura [NEG(p), uma vez que q], em que os pressupostos de *p* seriam conservados e *q* funcionaria como argumento para NEG(p). Ilustra-se no exemplo abaixo:

(1) Esse filme não é bom, já que não foi premiado.

Neste caso, o ato de refutação tem como campo de negação o enunciado “Esse filme é bom”, ao qual ele remete. Como não há especificação do foco da negação, a recusa que nele se realiza incide sobre o enunciado comentado como um todo. Por

fim, o conector “já que” introduz um argumento que serve como justificção para a recusa do enunciado criticado.

2.2.3. REFUTAÇÃO PRESSUPOSICIONAL

A refutação pressuposicional, do ponto de vista formal, acompanha o tipo anterior, uma vez que também corresponde a um enunciado negativo de forma NEG(p) e necessita da presença de um ato de justificção. Todavia, em lugar de recusar o conteúdo **p** do enunciado criticado, a refutação pressuposicional rejeita o ato de pressuposição a ele associado. O que a distingue da refutação proposicional, portanto, é a natureza do ato de justificção.

Assim, este terceiro tipo de refutação contém dois conteúdos negativos: um conteúdo NEG(p) que contradiz o conteúdo **p** da enunciação a qual ele responde, e um conteúdo de justificção **q'**, inverso ao conteúdo **q** do ato de pressuposição associado ao enunciado rejeitado pelo conteúdo NEG(p). Seu campo da negação é o conteúdo proposicional **p** do enunciado anterior e seu foco da negação é o conteúdo **q** do ato de pressuposição associado àquele enunciado. Conseqüentemente, Moeschler propõe que um enunciado negativo realiza uma refutação pressuposicional se ele tem a forma da estrutura [NEG(p) uma vez que q'], como no modelo abaixo:

(1) Ele não parou de fumar, porque ele nunca fumou.

Temos assim que este ato de refutação possui como campo da negação o enunciado positivo correspondente “Ele parou de fumar”. A justificção é introduzida pelo marcador “porque” e serve como argumento para negar o ato de pressuposição “ele fumava” que integra o sentido do enunciado recusado “Ele parou de fumar”. Finalmente, o foco da negação do ato refutativo incide sobre esse ato de pressuposição rejeitado pela justificção.

No que concerne ao debate sobre o estatuto do pressuposto, acrescenta ainda o autor que, admitido que os pressupostos de uma certa maneira constituem as condições de emprego dos atos assertivos, pode-se dizer que no ato de refutação pressuposicional a recusa corresponde à não aceitação pelo enunciador da etapa de admissão do enunciado criticado, etapa essa que precisa ser preenchida para o cumprimento feliz do ato de linguagem (Moeschler 1982).

Nessa perspectiva, o pressuposto, ao invés de estabelecer uma relação lógica entre o dito e suas condições de dizer, poderia ser entendido como um ato ilocutório

cuja função essencial seria a de instaurar um contexto para a enunciação que ele prepara.

Desse modo,

A verdade do pressuposto não é mais considerada como uma condição de emprego para a enunciação feliz do ato de asserção, mas como uma condição de conteúdo. O pressuposto é parte integrante do conteúdo do enunciado, e é a este título que ele permite garantir uma certa coerência (semântica) entre os enunciados. (Moeschler 1982: 100, tradução nossa)

3. DO CÓRPUS SELECIONADO

Nosso conjunto textual selecionado são duas colunas redigidas para o jornal Folha de São Paulo, cujos textos se inscrevem em posições enunciativas adversárias situadas em cada um dos polos da polarização política brasileira.

Separados pela distância aproximada de um ano e meio, os textos parecem circular no interior de um mesmo espaço discursivo, onde as formações de discurso nas quais se inscrevem constituem o universo de sentido de seus sistemas no mesmo passo em que definem seu modo de coexistência com a posição rival. Assim admitimos, porque as relações dialógicas que entre si estabelecem indicam que cada uma das posições faz de sua oponente um ponto de apoio decisivo para construção dos valores que quer reivindicar.

Dos textos adotados, a primeira coluna foi produzida pelo então deputado estadual do Rio de Janeiro, Marcelo Freixo, em 26/07/2016, momento em que lançava sua candidatura à Prefeitura do Rio de Janeiro; e a segunda, publicada em 11/12/2017, é de autoria de João Amoêdo, empresário e cofundador do Partido Novo, que participou da disputa pela presidência da república durante as eleições de 2018 no Brasil.

Dado que encontramos no artigo do deputado Marcelo Freixo uma expressão que funcionava como hiperlink, direcionando o leitor à outra coluna de sua autoria publicada na Folha de São Paulo em 04/08/2015, aproveitamos também elementos desse texto anterior que se mostraram convenientes ao cumprimento do objetivo que aqui estabelecemos.

Nosso trabalho de análise estará voltado para o reconhecimento dos pontos de choque semântico que oferecem acesso à incompatibilidade entre os discursos.

Em primeiro lugar, realizaremos na coluna redigida pelo ex-deputado Marcelo Freixo um agrupamento das marcas textuais que ali registram o funcionamento de

uma estrutura elementar cujo registro positivo será posteriormente recusado pela posição na qual se inscreve o texto de João Amoêdo.

Em seguida, buscaremos identificar as formas como esse registro positivo é rejeitado no texto produzido pelo empresário João Amoêdo, que, simultaneamente, apresenta os valores que entende devem substituir aqueles que em sua coluna são rejeitados.

4. DA ANÁLISE DO CÓRPUS

4.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS COLUNAS DO DEPUTADO MARCELO FREIXO

Como trabalhamos aqui com a premissa de que as unidades significativas do discurso devem ser encontradas no nível de suas estruturas elementares, identificaremos em nosso *cópus* os termos-objetos que a partir de uma relação estabelecida de oposição constituem dadas estruturas fundamentais sobre as quais o sistema discursivo produz seus encadeamentos enunciativos.

Destacamos, em primeiro lugar, três fragmentos extraídos dos artigos produzidos pelo deputado Marcelo Freixo, que acreditamos compor entre si certa relação de continuidade quanto ao que se reivindica nos enunciados que formam. O primeiro deles, recuperamos da coluna publicada em 4/08/2015, cujo título é *Democracia dos excluídos*; o segundo e o terceiro, do texto *Discussão do modelo democrático é essencial para o futuro do país*, que data de 26/07/2016.

Transcrevem-se abaixo os segmentos mencionados:

- (1) Um dos principais pontos dessas disputas é o sentido da defesa dos direitos humanos. No Brasil, que historicamente fomenta a desigualdade e a submissão e violência contra índios, negros, mulheres e pobres, essa luta se desenrola de forma peculiar. Não se trata apenas de garantir direitos, é algo mais elementar: reconhecer a humanidade de alguém.
- (2) A vitória de 2013 aconteceu e é mais política do que eleitoral. Ela vive na luta de estudantes, mulheres, negros e LGBTs por igualdade de direitos.
- (3) A discussão sobre política passou a ser central e a tomar todos os espaços, das ruas aos almoços familiares de domingo. Não se trata apenas de assuntos eleitorais e partidários, mas de temas que envolvem questões mais

amplas no debate sobre cidadania, como o papel da educação e dos meios de comunicação, o direito das minorias e a reforma política.

Identificaremos inicialmente nestes excertos um par de termos que ganha relevo na construção argumentativa, e que acreditamos ter seus elementos próprios de significação definidos por meio da relação contrastiva que mantêm entre si, bem como pelo modo como aparecem articulados com seu entorno textual.

Diremos então que o termo **desigualdade**, do primeiro fragmento, poderá ter seu sentido mais bem delimitado quando confrontado ao seu termo opositor, **igualdade**, que aparece no segundo, e quando, além disso, forem estabelecidas as conexões que cada um deles mantém com os elementos de cotexto que lhes circunscrevem o sentido.

Quais seriam, neste caso, os componentes textuais adjacentes que nos permitiriam indicar de modo mais preciso os elementos de significação a serem atribuídos aos termos opositores selecionados?

Vejamos. No segundo segmento, encontramos um elemento explícito de qualificação, que é o complemento da palavra **igualdade**. A igualdade de que se fala no fragmento destacado deve ser compreendida mais especificamente como uma “igualdade de direitos”.

No segmento (1), o sentido do termo desigualdade parece estar condicionado pela proximidade dos vocábulos que o acompanham numa enumeração que especifica determinados efeitos sociais produzidos no país ao longo da história, e que, segundo se propõe, deveriam ser combatidos. Isto porque o tipo de relação que os vocábulos **desigualdade**, **submissão** e **violência** guardam entre si parece implicar a existência de um fenômeno social cuja organização poderia ser por eles descrita ou especificada. Acreditamos tratar-se, portanto, de relações semânticas do tipo paronímico, isto é, que indicam vinculações estabelecidas entre as partes e um todo no qual elas se integram.

Desse modo, seria possível sugerir um caminho dedutivo que consistiria na inferência desse todo abstrato ao qual essas partes se referem, para em seguida compreender o modo como este conjunto afeta particularmente o sentido do léxico desigualdade, que aqui nos interessa circunscrever.

Diríamos assim que a companhia dos vocábulos **submissão** e **violência** de algum modo sugere a presença e o funcionamento de um dado campo de poder, um

campo cuja atividade **historicamente** tem sido regulada por forças de dominação e assujeitamento.

Dito isto, poderíamos deduzir que o termo **desigualdade**, que corresponde também a uma parte que integra este todo, estaria servindo à caracterização do desequilíbrio no modo como as forças atuantes circulam neste campo.

Nesse sentido, deflagra-se a filiação desta posição a bases enunciativas compatíveis com o texto-fonte de Marx e Engels. Isto porque o argumento pressupõe o funcionamento da luta de classes no interior de uma formação histórica, isto é, remete às circunstâncias nas quais se fundam as relações de exploração, que, à sua vez, constituem a base das relações de classe (Althusser 1980: 51).

Sublinhamos que a palavra desigualdade, na qualidade de termo potencialmente constituidor de um trajeto temático (por ser capaz de evocar, por exemplo, a noção de injustiça social), mereceria ser confrontada com seu emprego em outras configurações textuais (igualmente mobilizadas pelo mecanismo sintático da coordenação) em que aparece ao lado de termos diferentes daqueles com os quais ela se articula em nosso exemplo. Este caminho possibilitaria uma cobertura maior de sua função no interior da rede de enunciados da qual ela participa⁵.

Todavia, ante os limites a nós impostos pela construção do *cópus* e pela definição do objetivo de pesquisa, nos limitaremos aqui ao exame da palavra desigualdade nesta simples justaposição sequencial em que se insere, conformando a figura retórica de uma enumeração que, supondo uma noção totalizadora de seus termos, torna possível a dedução de cada um deles a partir do todo que presumem em sua articulação.

Um outro aspecto deste primeiro segmento que queremos sublinhar diz respeito ao fato de que o vocábulo desigualdade, enquanto ilustração de um efeito socio-histórico a ser enfrentado, aparece como elemento indicador de um sentido particular que se quer atribuir à “defesa dos direitos humanos”; pelo que devemos ainda considerar os grupos apontados como vítimas da desigualdade denunciada e que merecem ter os seus direitos humanos garantidos.

Tanto no fragmento (1) quanto no (2) os grupos afetados são arrolados, tendo sido elencados de forma semelhante. No primeiro caso a lista inclui “índios, negros, mulheres e pobres”. No segundo, “estudantes, mulheres, negros e LGBTs”.

⁵ A esse respeito, consultar a estratégia investigativa empregada por Guilhaumou, Maldidier e Robin (2016) no texto *Coordenação e Discurso*, que trata da emergência da estrutura coordenada “Pão e X” no contexto da Revolução Francesa.

Tomaremos, assim, a totalidade desses grupos, como sendo o que se propõe relativamente aos conjuntos sociais que sofrem a violação dos seus direitos, tendo prejudicado o reconhecimento de sua humanidade.

Temos ainda uma terceira passagem que se relaciona com os trechos anteriores, na medida em que retoma o que no segundo segmento se descreve como “vitória política”. Este último trecho segue justificando o anúncio dessa conquista, porquanto narra que as discussões políticas haveriam tomado “todos os espaços, das ruas aos almoços familiares de domingo”. Desses debates, participariam, por exemplo, discussões sobre os direitos das minorias.

Finalmente, é preciso resgatar o último enunciado do primeiro fragmento em que se diz “Não se trata apenas de garantir direitos, é algo mais elementar: reconhecer a humanidade de alguém”. Nesse enunciado, para além da defesa dos direitos humanos, que se apresenta como tema reivindicado neste primeiro segmento, uma outra exigência é trazida pelo locutor como algo que excede a própria garantia de direitos, que é o reconhecimento do outro num estado existencial anterior àquele capturado pela formalidade da lei, um estado “mais elementar”. Diz o locutor: “reconhecer a humanidade de alguém”.

Em que pese a dificuldade de se assumir o que se diz por humanidade nesse trecho em destaque sem recorrer a outros textos que com ele mantenham relações enunciativas, deixaremos aqui este comentário, porque nos servirá para a hipótese compreensiva que levantaremos adiante, e que nos ajudará na descrição da estrutura elementar aqui perseguida a partir de uma categoria metadiscursiva geral.

Se pudéssemos então esquematizar o que foi dito até agora, de modo a estabelecermos fundamentos para a proposição de um eixo semântico no interior do qual seriam assimilados os termos opostos que aqui analisamos, como poderíamos fazê-lo?

Hávamos dito, em primeiro lugar, que o fragmento (2) trata de uma igualdade que deve ser compreendida como **igualdade de direitos**. A isso acrescentamos que a desigualdade, como aparece no primeiro segmento, é utilizada como elemento que indica o sentido que se quer atribuir à defesa dos **direitos humanos**.

Além disso, porém, propusemos que a desigualdade de que se fala seria caracterizadora de um desequilíbrio que historicamente tem marcado as relações de força atuantes no interior de um dado campo de poder.

Localizamos então os grupos apontados como vítimas da desigualdade denunciada e que merecem ter os seus direitos humanos garantidos, considerando-os pelo conjunto dos termos trazidos nos fragmentos que examinamos: “índios, negros, mulheres, pobres, estudantes e LGBTs”.

Por fim, acrescentamos que o terceiro segmento retoma o segundo de modo a constatar que o engajamento no debate sobre os **direitos das minorias** representaria uma vitória política.

Se articulamos estas observações que até aqui apresentamos, temos que a igualdade ou a desigualdade inscritas nas enunciações que analisamos dizem respeito a uma dada dinâmica que tem conduzido o funcionamento das relações humanas em nosso país. Essa dinâmica teria lugar no interior de um campo de poder, onde a irregularidade da distribuição de forças, resultante da desigualdade de direitos, produziria formas de dominação e violência. Finalmente, os blocos sociais prejudicados por esse desbalanceamento seriam os grupos de minorias, que, entretanto, haveriam conquistado algum avanço a partir do engajamento no debate político.

O que todas essas observações nos dizem sobre a estrutura elementar **igualdade X desigualdade** que aqui queremos caracterizar é que essa oposição se define pela possibilidade de uma simetria ou de uma assimetria sociais que têm lugar na dimensão de um campo onde as relações humanas se dão por implicações políticas. Isto é, num espaço onde elas se equilibram ou se desequilibram em virtude da distribuição de forças que no campo se realiza.

Retomamos agora a dimensão existencial elementar que aparece no fragmento (1) e que havíamos antes reservado para contribuir com este momento de definição do eixo que assimilará os dois termos que se definem por uma relação antagônica.

Esta dimensão elementar era uma dimensão, dizíamos, anterior àquela da formalidade da lei, da garantia ou da desconsideração de direitos. O enunciado “Reconhecer a humanidade de alguém” em relação de justaposição a outros que reivindicam a defesa do direito das minorias, dos grupos marginalizados, faz supor a exigência de uma integração da subjetividade não dominante destes grupos no conjunto da sociedade. Isto é, pelo material que aqui dispomos, seria razoável presumir que o que se propõe, para além da garantia dos direitos daqueles que tem sua humanidade violada, é que a subjetividade destes grupos seja introduzida num espaço social onde sua presença é predominantemente discriminada.

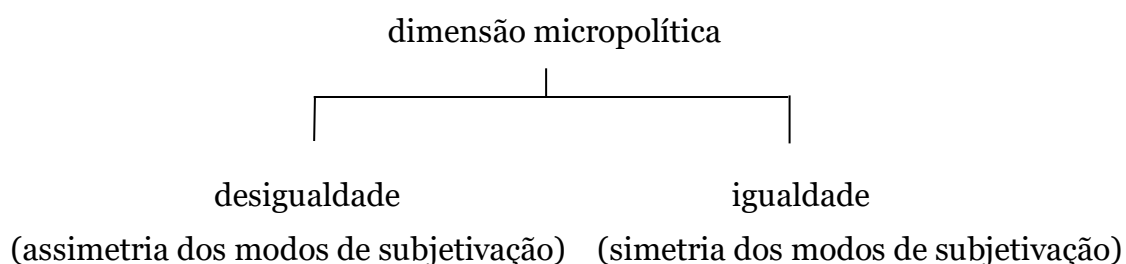
Assim, tomaremos de empréstimo em nossa descrição semântica metadiscursiva - e não metalinguística, como Greimas a postulou, já que descrevemos o funcionamento do discurso e não da linguagem - uma expressão que acreditamos ajustar-se em alguma medida à representação deste campo de poder que deduzimos a partir de algumas relações descritas no texto analisado, e onde, aliás, se daria uma disputa pelo reconhecimento de certos modos de vida.

A expressão a que nos referimos foi introduzida pelo filósofo e psicanalista Félix Guattari, quando, em obra realizada em colaboração com Sueli Rolnik, definiu uma atividade ligada às “estratégias da economia do desejo no campo social” (Guattari & Rolnik 2000: 14). Esta atividade, como exercício político-libidinal, se situaria no nível da produção de subjetividade, intervindo (ou não) na reprodução dos modos de subjetividade dominantes. Guattari a designou como micropolítica.

Entenderemos esta expressão aqui, no contexto em que a aplicamos, como relativa a uma atividade que é própria de um campo de relações onde determinados modos de ser reivindicam seu reconhecimento; e onde, além disso, estes mesmos modos de ser serão integrados ou rejeitados – ou ainda permanecerão em luta por seu reconhecimento –, conforme o resultado dos encontros realizados entre eles e as formas de vida predominantes no interior deste campo lhes seja ou não favorável.

Com isso, diremos que o binômio **igualdade X desigualdade** estará subsumido num eixo semântico geral ao qual chamaremos **dimensão micropolítica**. E atribuiremos como elemento de significação para cada um dos termos oponentes as expressões descritivas **simetria dos modos de subjetivação** e **assimetria dos modos de subjetivação**, referindo-nos, neste caso, a presença ou ausência de equilíbrio de poder entre os modos de subjetivação que são próprios de um dado conjunto social.

Representaríamos, portanto, as relações assim estabelecidas conforme o esquema que segue abaixo:



É evidente que a relação entre o conjunto **igualdade X desigualdade** e o que se defende como “garantia de direitos” nos segmentos analisados é um elemento importante desta estrutura elementar. Todavia, considerando que os enunciados destacados colocam essa defesa a serviço do atendimento de uma necessidade anterior, que seria o próprio “reconhecimento da humanidade de alguém”, preferimos tomar esta última referência como predominantemente caracterizadora da estrutura analisada. Outrossim, justificamos essa escolha com base na natureza inerentemente política do nosso eixo semântico, que de algum modo supõe que as relações efetuadas na dimensão micropolítica sejam já atravessadas pelas práticas jurídicas.

4.2. JOÃO AMOÊDO

Da coluna produzida pelo ex-candidato à presidência da República João Amoêdo, consideraremos alguns enunciados que compreendemos como réplicas dirigidas à posição defendida nos textos do deputado Marcelo Freixo.

Ressaltamos aqui que o confronto de que tratamos se desenvolve no interior de um espaço discursivo, não se reduzindo, portanto, a uma polêmica entre locutores que se dirigem pessoalmente a palavra.

É por esta razão que podemos classificar o que se diz no texto de João Amoêdo como resposta às posições defendidas na coluna de Marcelo Freixo. O que sublinhamos aqui é que não se trata de uma resposta direta, nominal, mas de uma objeção dirigida a um destinatário que equivale a uma posição no interior de um espaço discursivo onde o embate evolui.

Os trechos que vamos agora considerar não foram organizados na exata ordem em que aparecem na redação original. Em realidade, foram agrupados conforme uma sequência que acreditamos favorecerá nosso exercício de comparação com os segmentos analisados na coluna elaborada por Marcelo Freixo. O material que agora aproveitamos, de autoria de João Amoêdo, foi recortado de sua coluna publicada no jornal Folha de São Paulo, que leva como título *A mudança começa com novos conceitos e novas atitudes*. Os fragmentos selecionados são os seguintes.

- (1) J.A. - Vamos combater a pobreza, e não a desigualdade. O combate à pobreza se faz com a criação de riqueza, e não com a sua distribuição.

- (2) J.A. - Vamos exigir liberdade com responsabilidade, e não igualdade. Felizmente somos diferentes e isso é muito bom.
- (3) J.A. - Vamos trabalhar para termos uma sociedade próspera, que valorize o sucesso, e não o vitimismo.
- (4) J.A. - Vamos demandar oportunidades, e não privilégios. Precisamos de uma sociedade simples, livre, onde todos tenham uma educação básica de qualidade e possam, com base no seu esforço e dedicação, se desenvolver e realizar os seus projetos.

Nesse novo exercício de análise, trabalharemos inicialmente com a tipologia das refutações, proposta por Jacques Moeschler, por meio da qual pretendemos identificar os procedimentos utilizados pelo sistema discursivo analisado para rejeitar sua posição antagonista. Em seguida, buscaremos demonstrar o modo como o discurso, durante o trabalho de refutação dos enunciados de seu oponente, necessita ao mesmo tempo submetê-los a um processo de interpretação que inclui o trabalho de traduzi-los para seu o próprio universo semântico.

Assim, se antes procuramos identificar uma estrutura elementar de significação que é constitutiva do discurso em que se inscreve o texto anteriormente analisado, buscaremos agora compreender o modo como o texto de João Amoêdo retoma criticamente e ao mesmo tempo traduz os termos-objetos que lá formaram essa estrutura primária, a fim de recusá-los e substituí-los por outros que vão compor uma nova estrutura no interior desse segundo discurso.

Na seção anterior, havíamos proposto como resultado da análise a presença de uma oposição composta pelos termos “igualdade” e “desigualdade”, descrevendo-a como o funcionamento de relações simétricas ou assimétricas dos modos de subjetivação no interior de uma dimensão micropolítica. Vejamos agora como esses termos-objetos são recuperados nos fragmentos que aqui selecionamos.

4.2.1. COMBATE À POBREZA (COM A CRIAÇÃO DE RIQUEZA) VS COMBATE À DESIGUALDADE (COM A DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA)

Destacamos o segmento (1) que compõem o conjunto selecionado a partir da coluna escrita por João Amoêdo.

- (1) J.A. - Vamos combater a pobreza, e não a desigualdade. O combate à pobreza se faz com a criação de riqueza, e não com a sua distribuição.

Neste segmento, temos dois enunciados em justaposição. Preliminarmente, observamos que o primeiro deles constitui-se de uma frase composta com o auxílio de um morfema de negação – “não”. Não se trata, todavia, de uma asserção negativa, de um enunciado que cumpre a simples função de descrever um certo estado de coisas.

O ato ilocutório em análise, no que diz respeito a seu objetivo, demanda uma ação do interlocutor com o qual interage, o convoca a uma ação conjunta. Esta leitura do ato pode ser atestada pela utilização do modo imperativo, que constitui o enunciado como um performativo primário (Austin 1990) passível de ser expandido à forma explícita “Eu os convoco para que combatamos juntos a pobreza, e não a desigualdade”.

Na classificação de Searle (1981), poderíamos tomá-lo como um ato diretivo, levando em conta seu objetivo ilocutório, que é o de solicitar uma ação por parte do interlocutor.

Considerando ainda que, para fazer o seu convite, foi necessário ao enunciador contrapor-se a uma sugestão anteriormente colocada ao mesmo destinatário ao qual ele se dirige, presumimos que essa proposta anterior seja proveniente de uma fonte enunciativa com a qual o enunciador mantém relações de adversidade.

O enunciado em análise cumpre, portanto, uma função que é a de rivalizar com um ato de mesma natureza e objetivo realizado numa ocasião precedente. Falamos, assim, de uma negação que instaura a polêmica entre a posição que se atualiza no enunciado aqui examinado e outra a qual ela responde, já que nos referimos ao comentário crítico que um enunciado produz sobre outro.

Seguindo então a tipologia das refutações apresentada por Jacques Moeschler, observamos que a segunda parte deste primeiro enunciado – “e não a desigualdade” – é introduzida pelo conector “e” que, nestas condições, parece funcionar como um marcador de retificação, já que coloca em oposição os termos “pobreza” e “desigualdade”.

Nesta primeira leitura, portanto, propomos a inclusão deste ato de refutação na categoria da retificação, já que estamos diante de um conjunto antonímico articulado por um marcador que indica a correção de um termo por outro que lhe substitui.

Assim, podemos agora sugerir o levantamento das seguintes relações semânticas estabelecidas entre o enunciado negativo e o outro que ele refuta.

Enunciado negativo	Vamos combater a pobreza, e não a desigualdade
Campo da negação	Vamos combater a desigualdade
Foco da negação	desigualdade

Tabela 1: Relações semânticas entre os enunciados

A partir desta discriminação, observamos que o enunciado negativo “Vamos combater a pobreza, e não a desigualdade” responde ao enunciado positivo correspondente “Vamos combater a desigualdade”. Esta asserção anterior equivale ao conjunto de objetos semânticos aos quais ele se dirige; e, dentre estes objetos, um dos constituintes da frase negada (“desigualdade”) é selecionado pelo ato refutativo como foco da negação. Por fim, o marcador indicativo de correção “e” indica a oposição entre o constituinte rejeitado e o elemento que lhe substitui (“pobreza”).

Passamos agora à análise da segunda parte deste primeiro segmento, já que o sentido do enunciado que acabamos de analisar é completado pelo excerto “O combate à pobreza se faz com a criação de riqueza, e não com a sua distribuição”.

Em primeiro lugar, observamos que este último enunciado mantém uma relação de subordinação em relação ao primeiro, na medida em que serve como base argumentativa para sustentação de sua validade. Assim, devemos supor a presença, ao final, de um ato de justificação que completa o sentido do enunciado negativo que o antecede.

Entretanto, devemos observar que havíamos antes classificado o primeiro enunciado como um ato de refutação do tipo retificação, e a tipologia de Moeschler prevê o encadeamento entre enunciado negativo e justificação apenas nos tipos proposicional e pressuposicional. Como então poderemos esclarecer essa hibridização do ato refutativo?

A fim de propormos uma solução explicativa a este possível desvio em relação aos modelos sugeridos por Moeschler, nos permitiremos observar o fragmento total, considerando sua estrutura a partir dos critérios da identificação dos atos de refutação proposicional e pressuposicional.

Devemos, assim, examinar se os pressupostos do ato anterior criticado são conservados no ato de refutação ou se, ao contrário, são atacados pela justificativa que vem encadeada a esse enunciado negativo. Se os pressupostos são mantidos, a justificativa deve estar servindo a um ato proposicional, se são recusados, o enunciado negativo e o ato de justificação formam juntos um ato refutativo

pressuposicional. Todavia, antes de nos decidirmos por um destes dois casos, algumas ponderações serão necessárias.

Deve-se notar que o ato de justificação que agora analisamos, do ponto de vista formal, segue também a fórmula de uma retificação: nega um enunciado positivo correspondente, de modo a substituir, com auxílio de um marcador de retificação, um de seus termos por outro que reivindica como válido. Nesse contexto, a oposição se dá entre os termos “criação de riqueza” e “distribuição de riqueza”. Nos sentimos autorizados a considerar o sintagma “distribuição de riqueza”, ainda que materialmente ausente no texto, em razão da retomada do léxico “riqueza” pelo pronome “sua”, que, no contexto, funciona como elemento anafórico de coesão.

Retomamos mais uma vez o último enunciado deste primeiro fragmento, para demonstrar o que acabamos de dizer.

(1) J.A. - O combate à pobreza se faz com a **criação de riqueza**, e não com a sua distribuição / e não com a **distribuição de riqueza**.

A seguir, procedemos à discriminação das relações semânticas estabelecidas neste ato de retificação.

Enunciado negativo	O combate à pobreza se faz com a criação de riqueza, e não com a sua distribuição
Campo da negação	O combate à pobreza se faz com a distribuição de riqueza
Foco da negação	distribuição de riqueza

Tabela 2: Relações semânticas no ato de retificação

Ora, se antes tomamos este ato de justificação como um ato subordinado ao enunciado negativo que lhe antecede, de modo a servir-lhe como auxílio argumentativo, devemos supor que o termo recusado pela justificação (“distribuição de riqueza”) deve estar associado ao termo negado pelo primeiro enunciado (“desigualdade”), a fim de que os enunciados negativos justapostos possam constituir uma unidade temática, garantindo a coerência do texto.

Tomemos então os enunciados positivos que estão no campo da negação dos dois fragmentos que acabamos de analisar, a fim de agenciarmos uma explicação para o modo como estes enunciados positivos estão associados. São eles:

Enunciado positivo	Vamos combater a desigualdade
Enunciado positivo	O combate à pobreza se faz com a distribuição de riqueza

Tabela 3: Enunciados positivos

Inicialmente, devemos nos lembrar que este exercício de restituição dos enunciados positivos corresponde à análise do simulacro construído pelo discurso polemizador no momento em que se dirige a seu oponente, apoiando-se na imagem que ele mesmo cria a partir de seu fechamento semântico.

Considerando então os enunciados positivos acima dispostos, podemos descrever o primeiro deles como um ato diretivo que convoca o interlocutor a uma certa decisão ou atividade política - o combate à desigualdade -, e o segundo como um ato que, por meio de uma asserção, aponta um caminho para a realização da ação solicitada no primeiro. O segundo ato, portanto, está subordinado ao anterior e participa acessoriamente de seu objetivo ilocutório, na medida em que indica ao destinatário do primeiro ato a estratégia pela qual a ação deve ser realizada.

Todavia, a relação entre os termos “desigualdade” e “distribuição de riqueza”, para ser diretamente estabelecida, depende da existência de um terceiro enunciado por meio do qual as duas expressões possam manter uma relação associativa. E para que nos seja possível localizar esse ponto de contato, percorreremos um caminho lógico-inferencial.

Como o enunciador contestado sugere que o combate à pobreza depende da distribuição de riqueza, segue-se que, deste ponto de vista, deve haver uma relação de proporcionalidade entre pobreza e distribuição de riqueza. Se a distribuição de riqueza aumenta, a pobreza diminui; se, por outro lado, a riqueza é má distribuída, a pobreza aumenta.

Tomaremos assim essa direção para sugerir o caminho pelo qual esse enunciador estabelece relações semânticas entre os termos “desigualdade” e “distribuição de riqueza”: a desigualdade, compreendida aqui como má distribuição das riquezas, seria, para o enunciador refutado, um fator determinante da pobreza, tendo em vista a relação proporcionalmente necessária entre pobreza e distribuição de riqueza.

Podemos então finalmente propor o terceiro enunciado a partir do qual os dois enunciados positivos inferidos se articulam. Obteríamos assim a seguinte sequência:

Enunciado positivo	Vamos combater a desigualdade
Enunciado positivo	Desigualdade resulta em pobreza
Enunciado positivo	O combate à pobreza se faz com a distribuição de riqueza

Tabela 4: Inclusão do terceiro enunciado positivo

Admitindo que os dois últimos enunciados positivos integram o conteúdo do primeiro, na medida em que especificam a desigualdade a qual o locutor se refere e apontam o método pelo qual ela deve ser combatida, assentaremos a hipótese de que ambos exercem a função de condição de conteúdo, já que ao primeiro se associam enquanto atos de pressuposição – no sentido em que Ducrot define essa categoria ilocutória.

E poderemos finalmente supor que o segundo enunciado negativo do ato de refutação serve como sustentação argumentativa para a recusa dos atos de pressuposição que acompanham o enunciado positivo “vamos combater a desigualdade”.

Assim, numa leitura geral, precisaremos classificar o fragmento agora analisado como um ato de refutação pressuposicional, e diremos que os enunciados que justapostos integram sua estrutura são, ao mesmo tempo e isoladamente, atos de retificação. Poderíamos talvez descrever a estrutura encontrada com auxílio da fórmula

[NEG (p), mas q] uma vez que [NEG (p'), mas q']

em que p corresponderia ao conteúdo proposicional do enunciado refutado e q, ao elemento substituidor do foco da negação; p', por seu turno, equivaleria ao ato de pressuposição recusado e q' substituiria o elemento foco da negação deste mesmo ato.

Por fim, para uma compreensão mais linear do trabalho de análise, expomos abaixo as discriminações pertinentes ao ato de retificação, ao enunciado positivo rejeitado, ao ato de justificação, e aos atos de pressuposição associados ao enunciado positivo.

Enunciado negativo	Vamos combater a pobreza, e não a desigualdade
Campo da negação	Vamos combater a desigualdade
Foco da negação	desigualdade

Tabela 5: Ato de retificação

Enunciado positivo	Vamos combater a desigualdade
--------------------	-------------------------------

Tabela 6: Enunciado positivo

Enunciado negativo	O combate à pobreza se faz com a criação de riqueza, e não com a sua distribuição
Campo da negação	O combate à pobreza se faz com a distribuição de riqueza
Foco da negação	distribuição

Tabela 7: Ato de justificação

Pressuposto 1	Desigualdade resulta em pobreza
Pressuposto 2	O combate à pobreza se faz com a distribuição de riqueza

Tabela 8: Atos de pressuposição associado ao enunciado positivo

Para identificar agora a estrutura elementar que o texto analisado apresenta a partir do confronto com seu interlocutor, será necessário lançar alguma luz sob o segundo fragmento que apresentamos no início desta seção.

4.2.2. IGUALDADE E DIFERENÇA

Transcrevemos abaixo o segmento (2):

(2) J.A. - Vamos exigir liberdade com responsabilidade, e não igualdade. Felizmente somos diferentes e isso é muito bom.

Para evitar um excessivo desdobramento de nossa análise, e também para respeitar os limites de extensão a que esse trabalho se propõe, orientaremos o leitor a considerar a estrutura deste segundo segmento como equivalente à anterior, à exceção de algumas distinções que serão em seguida pontualmente esclarecidas.

No segmento que ora analisamos, o segundo enunciado será tomado como simples justificação, e não mais como ato de retificação. E os dois enunciados, tomados em conjunto, serão classificados como um ato de refutação proposicional, já que os pressupostos do enunciado positivo são, neste caso, preservados.

O fragmento total é, assim, constituído pela articulação de dois enunciados: o primeiro segue a forma de um ato de retificação, e o segundo se apresenta como ato de justificação. Discriminamos abaixo sua estrutura semântica, e apresentamos o enunciado positivo que lhe corresponde.

Ato de retificação	
Enunciado negativo	Vamos exigir liberdade com responsabilidade, e não igualdade
Campo da negação	Vamos exigir liberdade com igualdade
Foco da negação	igualdade
Ato de justificação	
Justificação	Felizmente somos diferentes e isso é muito bom
Enunciado positivo	
Enunciado	Vamos exigir liberdade com igualdade

Tabela 9: Estrutura semântica do enunciado negativo e enunciado positivo correspondente

Observa-se que, para além da antinomia estabelecida no ato de retificação, quando se nega o termo “igualdade” para substituí-lo por “responsabilidade”, uma outra oposição parece se formar com o encadeamento do ato de justificação, quando o locutor apoia argumentativamente a rejeição ao termo “igualdade” no primeiro enunciado com o elogio à “diferença”, que é introduzido no segundo.

Nessa direção, o suporte oferecido pelo ato de justificação “Felizmente somos diferentes e isso é muito bom” consiste na sobreposição do termo “diferença” ao termo “igualdade” mediante um efeito de contraste que fixa entre ambos os termos uma oposição de base lexical.

Quanto à oposição configurada entre “responsabilidade” e “igualdade” no enunciado retificador, esclarecemos que o ato de retificação não exige uma relação preliminar de contradição entre os termos confrontados para estabelecer um conjunto antonímico; seu mecanismo refutativo não implica necessariamente uma exclusão total e definitiva do termo recusado (Moeschler 1982). Assim, devemos identificar como par lexical contraditório no fragmento em análise o conjunto igualdade/diferença, em razão da relação antagônica estabelecida entre o enunciado positivo e o ato de justificação.

4.2.2.1 DESCRIÇÃO SEMÂNTICA DA ESTRUTURA ELEMENTAR IGUALDADE/DIFERENÇA

Agora, a fim de identificar os elementos de significação que possam ser atribuídos à estrutura elementar composta pelo binômio igualdade/diferença, elencaremos as estruturas antagônicas presentes em cada um dos segmentos

incluídos em nossa seleção, a fim de capturar um esquema semântico geral no texto que nos ajude a situá-la.

Antes da exibição de uma tabela com a discriminação completa dessas estruturas, reproduziremos novamente os segmentos selecionados, marcando com negrito os pares antonímicos que resultam de atos retificadores, e com itálico os que integram os atos de justificação.

- (1) J.A. - Vamos combater a **pobreza**, e não a **desigualdade**. O combate à pobreza se faz com a *criação de riqueza*, e não com a *sua distribuição*.
- (2) J.A. - Vamos exigir **liberdade com responsabilidade**, e não **[liberdade com] igualdade**. Felizmente somos diferentes e isso é muito bom.
- (3) J.A. - Vamos trabalhar para termos uma sociedade próspera, que valorize o **sucesso**, e não o **vitimismo**.
- (4) J.A. - Vamos demandar **oportunidades**, e não **privilégios**. Precisamos de uma sociedade simples, livre, onde todos tenham uma educação básica de qualidade e possam, com base no seu esforço e dedicação, se desenvolver e realizar os seus projetos.

Em seguida, organizamos os registros negativos do sistema discursivo analisado (encabeçados pelo termo “igualdade”) e os positivos (encabeçados por “diferença”) que aparecem marcados em negrito ou itálico nos segmentos acima.

Igualdade	Diferença
Vamos combater a desigualdade	Vamos combater a pobreza
distribuição de riqueza	criação de riqueza
liberdade com igualdade	liberdade com responsabilidade
uma sociedade que valorize o vitimismo	uma sociedade que valorize o sucesso
Vamos demandar privilégios	Vamos demandar oportunidades

Tabela 10: Registros negativos e positivos

É preciso sublinhar que, nos enunciados agora analisados, as expressões “igualdade” e “desigualdade” encontram-se ambas na coluna dos registros negativos, pelo que se exclui a possibilidade de que juntas venham compor uma estrutura elementar neste sistema discursivo.

Relacionando entre si as estruturas de cada coluna em separado, de modo a supor o desenho de um certo universo de sentido tanto para o enunciador

discordante quanto para o enunciador contestado, buscaremos compor um fundo contextual a partir do qual nos seja possível indicar os elementos de significação do par complementar que agora examinamos.

Feito isto, diligenciaremos a construção de um eixo semântico em que os termos complementares “igualdade” e “diferença” possam estar integrados.

Abrimos aqui um parêntese para reforçar a ideia de que o simulacro do opositor é parte constitutiva do discurso que traduz e interpreta seu Outro. É nessa direção que os elementos indicados pelo enunciador discordante como sendo reivindicações de seu oponente devem igualmente ser considerados como material sobre o qual são formadas as estruturas elementares do sistema discursivo em análise.

Dessa forma, iniciamos o trabalho de elaboração metadiscursiva por meio do qual realizaremos a descrição semântica dos termos-objetos analisados.

No que diz respeito aos registros da coluna dos valores negativos, assumiremos que a correlação estabelecida entre o combate à desigualdade e a distribuição de riqueza supõe uma atitude socialmente solidária, isto é, exprime a posição dos que se preocupam com aqueles que se encontram em situação de desvantagem social.

Por outro lado, sublinhamos que o enunciador discordante percebe a busca de uma reposta social solidária como expressão de uma conduta vitimista. Presume-se, assim, que aqueles que reclamam por ajuda não precisam efetivamente dela. Na realidade, se o auxílio requerido lhes for concedido, passarão, desde então, a se encontrar em situação privilegiada.

No que diz respeito aos registros positivos, apesar de neles se admitir a existência da pobreza e a necessidade de que ela seja combatida, a solução apresentada pelo enunciador corresponde à exigência de uma atitude responsável, que demanda esforço e dedicação próprios, a fim de que o sucesso e a realização pessoal sejam meritoriamente alcançados. Tudo o que resta a demandar é a criação de oportunidades para que o êxito social venha a se tornar o resultado da diligência que cada um, em nome de si, faz.

Assim, dado que a solução às questões sociais se apresenta, do ponto de vista do simulacro, como aproximação solidária do outro, e, na perspectiva do enunciador discordante, como estímulo à autossuficiência, diremos que o binômio igualdade/diferença poderá ser aqui identificado como a indicação de duas atitudes

antagônicas que, oscilando entre a aproximação e o afastamento nas relações humanas, resultam na prosperidade ou no empobrecimento de um dado corpo social, conforme seus membros desenvolvam entre si relações de dependência (proximidade) ou independência (afastamento).

A noção de “igualdade”, portanto, assumirá o contorno de uma homogeneidade a ser atingida por via de um gesto social altruísta ou colaborativo, ao passo que o termo “diferença” dirá respeito à necessidade de se reconhecer e preservar a capacidade e o espaço individuais, devendo as necessidades de cada um serem satisfeitas por intermédio do seu próprio trabalho e empenho.

Para melhor compreender esse movimento de primazia da posição autossuficiente em relação à solidária, introduziremos um raciocínio que nos servirá de auxílio à construção de uma formação terminológica adequada ao eixo semântico que precisamos agora definir.

Ressaltamos que, para esta medida, elegemos uma fonte teórica compatível com a posição em análise, a fim de viabilizar a composição de um diálogo com sua normatividade. Essa nos pareceu uma medida importante para se estudar a regularidade do sistema discursivo em questão sem se perder em relação a sua dinâmica interna. Optar neste caso por um deliberado enfrentamento semântico nos conduziria diretamente aos efeitos transcodificadores da interincompreensão, o que reduziria nossas possibilidades elucidativas e interventivas em relação ao objeto analisado.

Isto posto, introduzimos o juízo teórico desenvolvido por Ayn Rand, filósofa russa, radicada nos Estados Unidos e proponentora do modelo ético Objetivista. Seu sistema de pensamento se fundamenta na crítica radical ao coletivismo, cuja origem e sustentação a autora atribui a uma filosofia por ela reconhecida como altruísta.

Ayn Rand defendia a noção de egoísmo, definida simplesmente como a preocupação com nossos próprios interesses, e caracterizava o ponto de vista altruísta, como sendo aquele em que o beneficiário de uma ação é sempre outro que não o seu próprio agente.

Assumindo que “a natureza não provê o homem com uma forma automática de sobrevivência, dado que ele tem de sustentar sua vida através de seu próprio esforço” (Rand 1991: 16), Ayn Rand declara que o ponto de vista segundo o qual a preocupação com nossos próprios interesses é nociva implica, por consequência, que o próprio desejo de viver seja inerentemente nocivo (Rand 1991). Desse modo, a

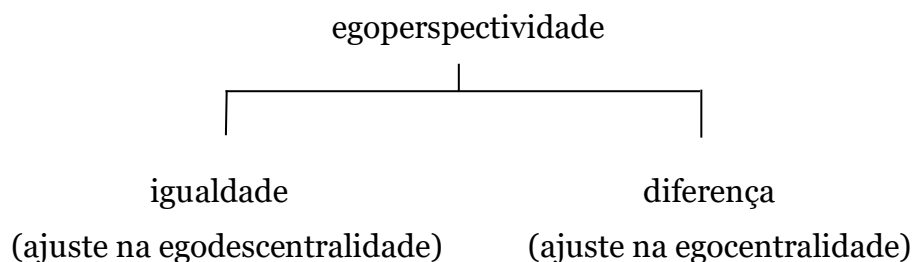
autora preferirá sobrepor a atitude do autorrespeito ao gesto de se sacrificar pelo outro.

Assim, a fim de constituir uma terminologia semântico-descritiva, com base em nossas conclusões e no conceito de egoísmo postulado por Ayn Rand, consideraremos que o par complementar igualdade/diferença, que oscila entre as atitudes solidária e autossuficiente, pode ser metadiscursivamente caracterizado por meio de dois polos que expressam uma certa medida de compromisso ou renúncia do indivíduo em relação a si mesmo, isto é, em relação ao seu próprio ego – se quisermos utilizar a expressão preferida por Rand.

Nessa direção, o princípio da igualdade será descrito como um ajuste de conduta voltado para a **egodescentralidade**, isto é, estará marcado pelo distanciamento do indivíduo em relação a seu ego e por sua aproximação em relação ao outro; enquanto o termo diferença será qualificado pelo ajuste na **egocentralidade**, definida como atitude individual centrada no ego e distante em relação ao outro.

Para subsumir ambas extremidades, anunciaremos como eixo semântico a dimensão da **egoperspectividade**, no interior da qual a conduta humana poderá ser orientada pelo princípio da aproximação ou do distanciamento entre os integrantes de uma dada sociedade.

Esquematizamos abaixo a descrição que até aqui realizamos acerca da estrutura elementar igualdade/diferença.



5. CHOQUE SEMÂNTICO, TRADUÇÃO E INTERINCOMPREENSÃO

Pudemos verificar, em decorrência do nosso exercício de análise, a necessidade da posição polemizadora de tomar a palavra de seu outro, para afirmar a sua própria ao mesmo tempo em que refuta a de seu oponente.

Todavia, o termo-objeto tomado emprestado do campo adversário, quando se inscreve na posição que o contesta, passa a servir a um sistema cujo funcionamento diverge essencialmente daquele que serve de base à posição contestada.

Esta compreensão da polêmica, como fenômeno discursivo, faz supor que formações discursivas antagônicas não podem compreender-se mutuamente, já que a iniciativa de comentar os enunciados do outro resulta necessariamente em deslocá-los do funcionamento discursivo em que se apresentam, para situá-los no interior do próprio sistema que os comenta, onde, mobilizados por mecanismos e estruturas distintas, passam a configurar produções de sentido totalmente diversas.

No caso em exame, buscamos flagrar o funcionamento polêmico no interior de um espaço discursivo, na medida em que indicávamos o modo como um dado sistema construía seus registros positivos ao mesmo tempo em que rejeitava as unidades de sentido de seu Outro.

Verificamos que, durante as operações refutativas, muito embora o discurso polemizador esteja engajado na tentativa de evitar a interferência do antagonista na produção regular do discurso; ao mesmo tempo, e inadvertidamente, passa a integrá-lo em definitivo na própria matriz da formação discursiva – ainda que como imagem construída e não equivalente do Outro. Este simulacro, em seu caráter subvertido, presta-se então ao trabalho de um contrapeso que promove a elevação dos valores que o discurso vindica.

Em nosso material, a não equivalência entre os funcionamentos discursivos apareceu especialmente na forma como o lexema “igualdade”, quando contestado pela segunda posição analisada, precisou situar-se no interior de uma nova grade semântica, engendrando consequências bem diversas daquelas existentes no sistema anterior.

Assim, pudemos perceber que, no funcionamento discursivo de cada uma das posições analisadas, o processo dedutivo que as estruturas elementares suscitam segue um caminho que é particular e constitutivo do sistema ao qual elas estão integradas.

O termo-objeto “igualdade”, por exemplo, quando inscrito na formação discursiva do primeiro texto, tem seu sentido configurado a partir de uma dada circunstância que o enunciador indica como sendo a razão pela qual ele deve ser invocado na qualidade de princípio de organização social.

Nesse momento, aquilo que torna necessário exigir a realização desse ideal igualitário é identificado com a existência de um dado campo de poder, cuja irregularidade da distribuição de forças que nele circulam demanda o trabalho necessário de sua reconfiguração. E a expectativa que se guarda em relação a esse empreendimento é a do reconhecimento da humanidade daqueles que até então tem sua subjetividade marginalizada no corpo social.

No segundo o texto, entretanto, o mesmo lexema (“igualdade”) mostra-se como um dos extremos de uma dimensão em que as relações humanas podem ser medidas ou qualificadas segundo o grau de aproximação ou afastamento que os indivíduos numa sociedade mantêm entre si.

Nesse caso, o termo “igualdade” é valorado negativamente, em vista de sua associação a uma ética solidária, que o texto rejeita, enquanto defende uma conduta autossuficiente, cujos efeitos implicam a valoração positiva da independência entre os indivíduos.

Assim, na polaridade desse eixo que mensura a proximidade ou o distanciamento sob o qual as relações humanas se dão, descrevemos semanticamente o termo “igualdade” articulando-o à noção de proximidade, em vista da atitude solidária que a ele pudemos associar, enquanto relacionamos o termo “diferença” à noção de distância, dado que percebemos neste valor o imperativo de se preservar uma ideia de indivíduo enquanto célula independente, que deve realizar seus projetos e alcançar o sucesso mediante seu próprio esforço e dedicação.

Para estabelecer a base descritiva metadiscursiva por meio da qual definimos o eixo semântico e os elementos de significação da estrutura igualdade/diferença, tomamos como referência uma fonte teórica que nos pareceu dialogicamente alinhada com o texto examinado, o que nos possibilitou guardar alguma coerência com a lógica imanente à formação discursiva no interior da qual o texto marcava sua inscrição.

O argumento de sustentação aproveitado foi o de Ayn Rand, segundo o qual é necessário ao ser humano suprir suas condições de existência a partir de seus próprios esforços, uma vez que a natureza não lhe assegura formas automáticas de sobrevivência.

Nessas condições, a promessa que é feita a partir do investimento nessa distância essencial à autoconservação dos indivíduos é a construção de uma sociedade potencialmente próspera e bem sucedida, vez que a conformidade com a

exigência natural da sobrevivência e o estímulo ao esforço e à responsabilização individual promoveriam o êxito dos que assimilassem tais valores como necessários ao desenvolvimento pessoal, do que decorreria a elevação do status da sociedade em sua integralidade.

Assim, todas essas considerações nos fazem crer que cada uma das posições enunciativas analisadas propõe, por via de suas vindicações, uma dada direção para onde se pretende seguir, uma expectativa de trajeto social a ser percorrido, enquanto simultaneamente admite um lugar anterior como sendo a origem do estado de coisas atual.

A transição entre a situação-problema que se quer superar e o destino onde se quer chegar seria então operacionalizada a partir da implementação do princípio reivindicado – igualdade de direitos, no primeiro caso; valorização das diferenças individuais, no segundo. E, nesse cenário, os eixos semânticos, como modelos explicativos, funcionariam como indicação desse movimento.

Desse modo, a manobra que um discurso faz quando polemiza com seu antagonista parece ser a de deslocar o eixo adversário, na medida em que passa a situar o termo refutado – aquele que desencadeia o conflito – no centro de um novo eixo semântico que aponta para uma origem e uma direção efetivamente distintos daqueles que constituíam o eixo deslocado.

Temos agora as condições necessárias para justificar a expressão sugerida no título de nosso trabalho. A proposição de uma categoria que designamos neste artigo como **direção discursiva** vem cumprir – junto aos demais elementos que integram o conjunto teórico aqui constituído – o propósito de relativizar uma concepção de discurso acusada por Maingueneau como sendo excessivamente “estática” ou arquitetural, o que resulta em uma descrição do sentido apoiada em critérios predominantemente formais ou estruturais (Maingueneau 2008).

É certo que partimos deste mesmo ponto de vista que agora colocamos em questão. Mas isso porque nos faltavam elementos de suporte a partir dos quais pudéssemos construir nossa análise com base nesta nova orientação que os resultados até aqui trazidos nos permitem neste momento indicar.

De agora em diante, desejamos também colaborar com uma inclinação de trabalho que não deixe de lado as consequências relativas ao emprego da força que é acionada sempre que um discurso entra em funcionamento. Queremos investir nosso

interesse não apenas na estabilidade sociologicamente dedutível de toda prática de discurso, mas também no exame da própria energia que o sentido mobiliza.

Uma tal concepção poderá ser melhor assentada se admitirmos que toda produção discursiva depende da realização de certo movimento para se efetivar, o que inevitavelmente supõe a existência de uma direção para a qual este mesmo movimento se orienta.

Assim, para que minimamente possamos descrever o mecanismo que aqui desejamos propor, assim como o caminho a ser percorrido para se demonstrá-lo, nos fixaremos em algumas ideias que serão agora apresentadas com a simples pretensão de se organizar um breve resumo indicativo. Por ora, é o que nos cabe sinalizar, já que um desenvolvimento mas expandido exigiria um espaço de elaboração consideravelmente maior.

Inicialmente, retomaremos que os eixos semânticos, no contexto de uma descrição semântica metadiscursiva, devem ser tomados como indicadores de movimento, o que corresponde a dizer que o discurso tem uma orientação que persegue em sua participação interventiva no campo político e social onde permanece atuante.

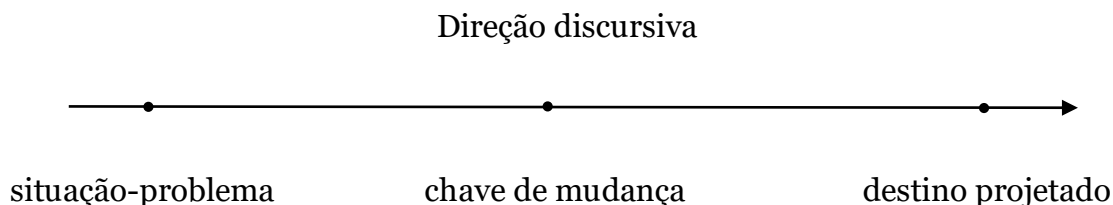
Uma vez realizada a identificação ou a descrição conveniente do eixo, este elemento central da análise deve ser desdobrado em três diferentes instâncias que, articuladas, apontarão a direção para qual o discurso se volta.

Temos assim que o registro negativo que integra a estrutura elementar descrita durante a análise indica uma **situação-problema** que simultaneamente corresponde à orientação perseguida pelo Outro – isto é, o simulacro – do discurso analisado.

De outra parte, o registro positivo, contraponto do anterior, prescreve um princípio pelo qual se pretende enfrentar a situação-problema indicada pelo polo negativo da estrutura. Com essa interferência, o discurso se volta para uma direção diversa daquela para qual se orienta a imagem construída de sua posição adversária. Chamaremos a este princípio de enfrentamento à situação-problema de **chave de mudança**.

Finalmente, temos que a chave de mudança acionada pelo discurso em sua estrutura elementar funda uma expectativa de chegada que é relativa ao movimento que o discurso então realiza. Este último elemento, que designaremos como **destino**

projetado, compõe, junto dos outros dois, uma linha de movimento que será compreendida como a representação da direção discursiva.



Isto posto, restaria ainda examinar a sugestão de que o efeito de interincompreensão possa ser entendido como resultado do deslocamento que uma posição enunciativa opera sobre o eixo semântico adversário. No que a isto concerne, reservaremos outra oportunidade para um desenvolvimento mais sistemático deste problema, já que a reflexão e o desdobramento teórico suplementares que esta análise demanda nos levaria a ultrapassar os limites de escopo e extensão aos quais o presente trabalho foi destinado.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. 3ª ed. Lisboa: Ediotrial Presença / Martins Fontes, 1980.
- AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 5ª Ed. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- GREIMAS, A. J. *Sémantique structurale*. Paris: Larousse, 1966.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 6ª Ed. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GUILHAUMOU, J.; MALIDIDIER, D.; ROBIN, R. Coordenação e discurso. In: *Discurso e arquivo: experimentações em análise do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.
- MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MOESCHLER, J. *Dire et contredire*. Berne: Peter Lang, 1982.
- RAND, A. *A virtude do egoísmo*. Porto Alegre: Editora Ortiz S/A, 1991.
- SEARLE, J. R. *Expression And Meaning. Studies on the theory of speech acts*. New York: Cambridge University Press, 1981.

Recebido no dia 01 de dezembro de 2019.

Aprovado no dia 04 de março de 2020.